

Sumário

TÍTULO I QUESTÕES PROCESSUAIS E ADMINISTRATIVAS

CAPÍTULO 1

Da Competência	19
1. Da Justiça Federal Comum x Juizado Especial Federal (JEF)	19
2. Das outras competências	21
3. Do Conflito de Competência	23

CAPÍTULO 2

Prévio Requerimento Administrativo	25
---	----

CAPÍTULO 3

Mandado de Segurança para Comprovar Tempo Especial	29
---	----

CAPÍTULO 4

Ação Ordinária e Antecipação de Tutela	33
---	----

TÍTULO II MODELOS DE PETIÇÃO

CAPÍTULO 1

Aposentadoria Especial e Tempo Especial	37
1. Concessão de aposentadoria especial por agente nocivo ruído	37
2. Concessão de aposentadoria especial por agente nocivo eletricidade	43
3. Concessão de aposentadoria especial por agente nocivo óleo lubrificante mineral ..	49
4. Concessão de aposentadoria especial por agente nocivo radiações ionizantes	56
5. Conversão da aposentadoria por tempo de contribuição em integral: Agentes químicos....	62
6. Concessão de aposentadoria especial com 15 anos de atividade especial	69

7. Concessão de aposentadoria especial: EPI ineficaz.....	74
8. Mandado de segurança para conversão de aposentadoria por tempo de contribuição em aposentadoria especial	80
9. Contribuinte individual: Tempo especial provado por prova testemunhal e outros documentos.....	85
10. Concessão de aposentadoria por tempo de contribuição: Conversão de tempo especial em comum quando de diferentes tempos especiais	90
11. Concessão de aposentadoria especial com conversão de tempo comum em especial: Homem – Fator 0,71. <i>OBS: Atividade especial que dá ensejo à aposentadoria com 25 anos de tempo especial</i>	95
12. Concessão de aposentadoria especial com conversão de tempo comum em especial: Mulher – Fator 0,83. <i>OBS: Atividade especial que dá ensejo à aposentadoria com 25 anos de tempo especial</i>	102
13. Concessão de aposentadoria especial com conversão de tempo comum em especial: Mulher – Fator 0,67. <i>OBS: Atividade especial que dá ensejo à aposentadoria com 20 anos de tempo especial</i>	109
14. Concessão de aposentadoria especial com conversão de tempo comum em especial: Homem – Fator 0,57. <i>OBS: Atividade especial que dá ensejo à aposentadoria com 20 anos de tempo especial</i>	116
15. Concessão de aposentadoria especial com conversão de tempo comum em especial: Homem – Fator 0,43. <i>OBS: Atividade especial que dá ensejo à aposentadoria com 15 anos de tempo especial</i>	123
16. Concessão de aposentadoria especial com conversão de tempo comum em especial: Mulher – Fator 0,50. <i>OBS: Atividade especial que dá ensejo à aposentadoria com 15 anos de tempo especial</i>	130
17. Concessão de aposentadoria por tempo de contribuição com conversão de tempo especial em comum: Enquadramento por categoria profissional: Homem – Fator 1,40. <i>OBS: Atividade especial que dá ensejo à aposentadoria com 25 anos de tempo especial</i>	137
18. Concessão de aposentadoria por tempo de contribuição com conversão de tempo especial em comum: Mulher – Fator 1,2 <i>OBS: Atividade especial que dá ensejo à aposentadoria com 15 anos de tempo especial</i>	142
19. Concessão de aposentadoria por tempo de contribuição com conversão de tempo especial em comum: Mulher – Fator 1,5. <i>OBS: Atividade especial que dá ensejo à aposentadoria com 20 anos de tempo especial</i>	145
20. Concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, com conversão de tempo especial em comum: Homem – Fator 1,75. <i>OBS: Atividade especial que dá ensejo à aposentadoria com 20 anos de tempo especial</i>	148
21. Concessão de aposentadoria por tempo de contribuição com conversão de tempo especial em comum: Homem – Fator 2,33. <i>OBS: Atividade especial que dá ensejo à aposentadoria com 15 anos de tempo especial</i>	151
22. Concessão de aposentadoria por tempo de contribuição com conversão de tempo especial em comum: Mulher – Fator 2,00. <i>OBS: Atividade especial que dá ensejo à aposentadoria com 15 anos de tempo especial</i>	154

23. Contrarrazões de apelação em mandado de segurança – o INSS alega inadequação da via eleita	157
24. Contrarrazões de recurso especial – O INSS alega aplicação de fator 1,20 para homens..	161
25. Embargos de declaração – Omissão quanto à análise de período especial.....	166
26. Apelação – O juiz monocrático não admite a possibilidade de comprovar tempo especial através de mandado de segurança.....	167

CAPÍTULO 2

Pensão por Morte	173
1. Concessão de pensão por morte – Companheira.....	173
2. Concessão de pensão por morte – Companheiro homoafetivo.....	179
3. Mandado de segurança para a concessão de pensão por morte – União estável reconhecida judicialmente.....	186
4. Concessão de pensão por morte – Maior inválido	190
5. Concessão de pensão por morte – Dependência econômica – De descendente para ascendente.....	194
6. Concessão de pensão por morte – Comprovação da qualidade de segurado contribuinte individual <i>post mortem</i> – Desconto no valor do benefício da viúva	200

CAPÍTULO 3

Auxílio-Doença e Aposentadoria por Invalidez	207
1. Concessão de auxílio-doença – Falta de qualidade de segurado.....	207
2. Recurso julgado – Protesto para a realização de nova prova pericial (prova pericial médica específica)	213
3. Concessão de acréscimo de 25% no valor da aposentadoria por invalidez	218
4. Concessão de auxílio-doença e transformação em aposentadoria por invalidez – Parecer médico pericial contrário.....	222
5. Restabelecimento de auxílio-doença cessado em transformação em aposentadoria por invalidez – Parecer médico pericial contrário.....	227
6. Concessão de auxílio-doença e transformação em aposentadoria por invalidez – Alegação de falta de carência – Moléstia que independe de carência.....	233
7. Concessão de auxílio-doença e transformação em aposentadoria por invalidez – Alegação de doença preexistente – Progressão e agravamento da moléstia.....	239
8. Transformação de auxílio-doença em aposentadoria por invalidez – Inviabilidade da reabilitação profissional.....	245

CAPÍTULO 4

Aposentadoria por Tempo de Contribuição	251
1. Concessão de aposentadoria por tempo de contribuição – Não reconhecimento de vínculo empregatício demonstrado na CTPS	251

2. Conversão de aposentadoria por tempo de contribuição proporcional em integral, com acréscimo de tempo rural em aposentadoria urbana	257
3. Ação para a inclusão e correção de salários de contribuição, conforme previsto nos contracheques do segurado	264
4. Ação para a inclusão de adicional adquirido em reclamatória trabalhista	269
5. Contrarrazões de apelação – O INSS alega idade mínima para a aposentadoria por tempo de contribuição integral	272
6. Ação para a correção de contribuições pagas em NIT inexistente	276

CAPÍTULO 5

Aposentadoria por Idade	281
1. Mandado de segurança para concessão de aposentadoria por idade – 60 contribuições anteriores à lei 8.213/91 - Mulher	281
2. Mandado de segurança para concessão de aposentadoria por idade – 60 contribuições anteriores à lei 8.213/91 - Homem	286
3. Concessão de aposentadoria por idade – Tabela progressiva do artigo 142 da Lei nº 8.213/91 – Mulher	291
4. Concessão de aposentadoria por idade – Tabela progressiva do artigo 142 da Lei nº 8.213/91 – Homem	296
5. Concessão de aposentadoria por idade rural – Segurada especial – Mulher	301
6. Concessão de aposentadoria por idade rural – Segurado especial – Homem	306

CAPÍTULO 6

Auxílio-reclusão	311
1. Concessão de auxílio-reclusão – Companheira	311
2. Concessão de auxílio-reclusão – Último salário do segurado superior ao limite de renda estabelecido pelo decreto n. 3.048/99	317

CAPÍTULO 7

Acidente de Trabalho	323
1. Restabelecimento de auxílio-doença por acidente de trabalho e transformação em aposentadoria por invalidez	323
2. Concessão de auxílio-doença por acidente de trabalho e transformação em aposentadoria por invalidez	327
3. Concessão de auxílio-acidente	330
4. Ação para acumulação de aposentadoria com auxílio-acidente concedido antes de 10.12.1997	333
5. Impugnação à contestação – Ação de concessão de auxílio-doença acidentário	337

CAPÍTULO 8

Benefícios Assistenciais	339
1. Concessão de benefício assistencial ao deficiente – Incapacidade para o trabalho	339
2. Concessão de benefício assistencial ao deficiente – Incapacidade para o trabalho e vida independente – Aplicação do estatuto do idoso em prol do aposentado com um salário mínimo	344
3. Concessão de benefício assistencial ao idoso – Aplicação do estatuto do idoso em prol do aposentado com um salário mínimo	349
4. Concessão de benefício assistencial ao idoso – Outros critérios para auferição do requisito da miserabilidade	353
5. Recurso julgado – Conceito de família para efeito da concessão do benefício assistencial ao idoso enquadrado de forma equivocada	359

CAPÍTULO 9

Revisão de Benefício Típica	363
1. ORTN	363
2. Contrarrazões ORTN	368
3. IRSM	372
4. Contrarrazões IRSM	378
5. Revisão 13º salário	382
6. Contrarrazões revisão 13º salário	387
7. Revisão teto	391
8. Contrarrazões revisão teto	397
9. Revisão para a inclusão dos salários de benefício do benefício de auxílio-doença no cálculo da aposentadoria por invalidez (Lei 8.213/91, art. 29, § 5º)	401
10. Contrarrazões da revisão para a inclusão dos salários de benefício do benefício de auxílio-doença no cálculo da aposentadoria por invalidez (Lei 8.213/91, art. 29, § 5º) ..	405
11. Revisão buraco negro	408
12. Contrarrazões revisão buraco negro	413

CAPÍTULO 10

Outras	417
1. Cessação de desconto em benefício previdenciário por erro de boa-fé	417
2. Ação de cobrança para parcelas anteriores à impetração de mandado de segurança transitado em julgado	423
3. Dano moral – Ausência de contraditório e ampla defesa	426
4. Recurso julgado – Prazo decadencial não aplicável aos benefícios previdenciários concedidos antes da Lei 9.528/97	432

5. Desaposentação: da conversão da aposentadoria por tempo de contribuição em aposentadoria especial	436
6. Desaposentação: Da conversão da aposentadoria por tempo de contribuição proporcional em aposentadoria por tempo de contribuição integral	446
7. Desaposentação: Reafirmação da DIB na aposentadoria por tempo de contribuição	453
8. Recurso juizado – O juiz monocrático não reconhece o direito à desaposentação.....	460
9. Agravo retido – Indeferimento de prova	466
10. Contrarrazões de recurso juizado – O INSS alega proibição da antecipação de tutela nas ações contra a fazenda pública.....	468
11. Agravo de instrumento – Indeferimento de justiça gratuita.....	471
REFERÊNCIAS	477
ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO	479